

# IMPrensa LIVRE

26/07/2006 07:50

Prefeitura interdita comércio e pousadas no Centro e Costa Sul por falta de acessibilidade  
Daniela Carvalho

## São Sebastião

Alguns comerciantes de São Sebastião tiveram seus estabelecimentos interditados pela Prefeitura, por falta de projeto de acessibilidade para portadores de deficiências físicas, na segunda-feira. A informação, não confirmada pela Prefeitura, é de que nove comércios teriam sido lacrados.

Apesar de terem sido notificados da necessidade de fazer adaptações em seus estabelecimentos, como rampa de acesso, alterações nos banheiros e, em alguns casos, elevadores, a medida pegou os donos dos estabelecimentos de surpresa.

“Ontem, por volta das 15h30, os fiscais da Prefeitura interditaram o meu comércio por falta de acessibilidade, como rampa de acesso e barras de apoio nos banheiros para deficientes físicos. Eu já havia sido notificado sobre a necessidade de reforma, mas fui pego de surpresa com a interdição. O meu contador disse que nove estabelecimentos foram lacrados, três no centro e seis na costa sul”, disse G.A.P.M, dono de pousada no bairro de Maresias.

Rodrigo Pupo/ Agência Facto



Várias pousadas da praia de Maresias foram interditadas

O comerciante informou que vai apresentar à Secretaria de Obras um pedido de alteração do projeto de construção e espera, ao pagar uma taxa de R\$ 127, ter seu comércio liberado. “A Prefeitura só cobra e não faz nada. Os maiores restaurantes de Maresias, por exemplo, não têm lixeira, o que é obrigatório, mas não foram lacrados. O lixo vai para as calçadas onde são revirados por cachorros e até cavalos”, reclamou.

O proprietário afirmou que ainda não ligou para os hóspedes desmarcando reservas porque pretende resolver o problema antes do próximo final de semana, que vai marcar o final das férias de julho. A vereadora Solange Ramos, que reside no bairro de Maresias, informou ontem que havia sido procurada por alguns comerciantes que tiveram seus estabelecimentos lacrados. “Eles devem entregar à Prefeitura um projeto de acessibilidade e seus comércios serão reabertos”, explicou.

## Decreto

De acordo com o decreto federal 5.296, de dezembro do ano passado, que estabelece prazos e regras para a adequação da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, São Sebastião deixou de emitir alvará para empresas que não estejam preparados para atender a esse público específico.

Os prédios públicos têm um prazo de 30 meses para se adequar à Lei Federal, mas as empresas privadas, inclusive aquelas que funcionam em prédios históricos, somente terão alvará quando providenciarem a mudança.

A Prefeitura de São Sebastião anunciou pretender investir até 2008 cerca de R\$ 5 milhões para readequação da cidade à lei de acessibilidade.

A lei da acessibilidade foi elaborada em parceria com o movimento nacional de pessoas com deficiência e institui regras de adaptação nos espaços públicos e privados, de uso coletivo, inclusive nas ruas, para facilitar o acesso de usuários de cadeiras de rodas, deficientes visuais e portadores de outras deficiências, além de pessoas com dificuldade de locomoção, como idosos, gestantes e mães com carrinhos de bebê.